

kann und sollte in unserem Land als Justizmodell zur Erlangung der Effizienz wahrgenommen werden, ohne hierbei die klassischen Axiome des Prozessrechts aufzugeben

<https://rebiunoda.pro.baratznet.cloud:28443/OpacDiscovery/public/catalog/detail/b2FpOmNlbGVicmF0aW9uOmVzLmJhcmF0ei5yZW4vMjg4Zm91NTI>

Título: Die brasilianische Staatsanwaltschaft und die einvernehmliche Justiz [electronic resource]

Editorial: Marcial Pons 2020-09-22

Tipo Audiovisual: Staatsanwaltschaft; konsenzeffizienz; rationale Justiz Public Office; consensual efficiency; rational justice Ministério Público; eficiência; consenso; justiça racional

Variantes del título: Brazilian Public Ministry and Consensual Justice O Ministério Público brasileiro e a justiça consensual

Documento fuente: FORO. Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales, Nueva Época; Vol. 22 Núm. 1 (2019): El derecho procesal en España y en Brasil; 101-118

Nota general: application/pdf

Restricciones de acceso: Open access content. Open access content star

Lengua: Spanish

Enlace a fuente de información: FORO. Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales, Nueva Época; Vol. 22 Núm. 1 (2019): El derecho procesal en España y en Brasil; 101-118 2255-5285 1698-5583

Otras relaciones: <https://revistas.ucm.es/index.php/FORO/article/view/66636/4564456554335> /ref*/Albergaria, P. S.: Plea Bargaining: aproximação à Justiça Negociada nos EUA, Coimbra, Almedina, 2007 /ref*/Alcides, S.: 'Valéry on line, McLuhan off-line', in O Futuro não é mais o que era, Rio de Janeiro, Artepensam, 2012 /ref*/BarbosaMoreira, J. C.: 'A Função Social do Processo Civil Moderno e o Papel do Juiz e das Partes na Direção e na Instrução do Processo', Revista de Processo, núm. 37 (1985) /ref*/BatistaJúnior, O. A.: Princípio constitucional da eficiência administrativa, Belo Horizonte, Mandamentos, 2004 /ref*/Caetano, M.: Manual de Direito Administrativo, Lisboa, Coimbra, 1965 /ref*/Carneiro, P. C. P.: O Ministério Público no processo civil e penal: o promotor natural - atribuição e conflito, 4.ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1992 /ref*/Carvalho, P. P. de: 'Uma incursão no Ministério Público à luz do Direito comparado: França, Itália, Alemanha, América do Norte e União Soviética', in V. de L. Moraes (org.), Ministério Público, Direito e Sociedade, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor, 1986 /ref*/Cluny, A.: Pensar o Ministério Público Hoje, Lisboa, Cosmos, 1997 /ref*/Demercian, P. H.: Regime Jurídico do Ministério Público no Processo Penal, São Paulo, Verbatim, 2009 /ref*/Demercian, P. H.: 'Apontamentos sobre o crime organizado, a Justiça Consensual e o valor probatório das declarações do corréu', in J. R. G. Carneiro e A. F. Messa(orgs.), Organizações Criminosas, São Paulo, Saraiva, 2012 /ref*/Demercian, P. H., e Moraes, A. R. A. de: Revista Jurídica de Escola Superior do Ministério Público de São Paulo - Um Novo Modelo de Atuação Criminal para o Ministério Público Brasileiro: agência e Laboratório de Jurimetria, vol. 11, núm. 1 (2017) /ref*/Demercian, P. H., e Moraes, A. R. A. de: 'Um Novo Modelo de Atuação Criminal para o Ministério Público Brasileiro: agência e Laboratório de Jurimetria', Revista Jurídica de Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, vol. 11, núm. 1 (2017), pp. 22-24 /ref*/Fernandes, A. S., e Zilli, M. (coords.): Terrorismo e justiça penal: reflexões sobre a eficiência e o garantismo, Belo Horizonte, Fórum, 2014 /ref*/Lyra, R.: Teoria e Prática da Promotoria Pública, 2.ª ed., Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 1989 /ref*/Marques, J. F.: Elementos de Direito Processual Penal, vol. II, São Paulo, Saraiva, 1961 /ref*/Mazzilli, H. N.: Regime jurídico do Ministério Público, 2.ª ed., São Paulo, Saraiva, 1995 /ref*/Mendes, G. F.; Coelho, I. M., y Branco, P. G. G.: Curso de Direito Constitucional, 5.ª ed., São Paulo, Saraiva, 2010 /ref*/Moraes, A. R. A. de: Direito Penal Racional: Propostas para a construção de uma teoria da legislação e para uma atuação criminal preventiva, 1.ª ed., Curitiba, Juruá, 2016 /ref*/Moraes, A. R. A. de, e Demercian, P. H.: 'Um Novo Modelo de Atuação Criminal para o Ministério Público Brasileiro: agência e Laboratório de Jurimetria' /ref*/Revista Jurídica de Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, vol. 11, núm. 1 (2017) /ref*/Moreira, J. C. B.: 'A Função Social do Processo Civil Moderno e o Papel do Juiz e das Partes na Direção e na Instrução do Processo', Revista de Processo, núm. 37 (1985) /ref*/Pontes de Miranda, F. C.: Comentários ao Código de Processo Civil, vol. I, Rio de Janeiro, Forense, 1974 /ref*/Rosa, A. de

M.: Processo Penal Eficiente? Não, obrigado, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010 /*ref*/Rodrigues, V.: Análise Econômica do Direito, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2016 /*ref*/Soares de Albergaria, P.: Plea Bargaining (aproximação à Justiça Negociada nos EUA), Coimbra, Almedina, 2007

Baratz Innovación Documental

- Gran Vía, 59 28013 Madrid
- (+34) 91 456 03 60
- informa@baratz.es